

IS Working Papers

3.ª Série, N.º 69

Habitar a Cidade: a construção de experiências educativas, colaborativas e transformadoras num bairro portuense

Ana Garcia
João Queirós

Porto, julho de 2018

Habitar a Cidade: a construção de experiências educativas, colaborativas e transformadoras num bairro portuense

Ana Garcia

CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

E-mail: anitta.mail@gmail.com

João Queirós

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto

E-mail: jqueiros@letras.up.pt

Submetido para avaliação: maio de 2018/ Aprovado para publicação: maio de 2018

Resumo

Tendo como suporte um conjunto de resultados de uma investigação sociológica sobre a génese e transformação do Bairro de S. Tomé, um bairro de habitação construído pelo Estado na cidade do Porto nos anos 1970, e procurando concretizar os princípios de uma educação para a liberdade, para a criatividade e para o exercício da participação cidadã, desenvolveu-se um projeto de investigação-ação participativa com um grupo de crianças deste contexto habitacional, na perspetiva de conferir a essas crianças protagonismo, voz e visibilidade social. Partindo da problematização das consequências que as políticas habitacionais produzem no tecido social da cidade, procurou-se identificar e compreender os contextos e principais dificuldades com que as crianças do bairro se deparam. O propósito fundamental passou por olhar – através dos olhos das crianças – a cidade e o bairro como campos de investigação e intervenção socioeducativa.

Palavras-Chave: educação para a cidadania, habitação social, intervenção comunitária, Porto.

Abstract

Drawing on some results of a sociological research on the genesis and transformation of *Bairro de S. Tomé*, a social housing neighborhood built by the state in the city of Porto in the 1970s, and seeking to materialize the values of an education for freedom, for creativity, and for participation and citizenship, a participatory action research project

was developed with a group of children living in this neighborhood. The goal was to promote the voice and social visibility of these children. Through the problematization of the urban and social consequences of housing policies, an attempt was made to identify and understand the contexts and main difficulties the children of the neighborhood face. The fundamental purpose was to look – through children’s eyes – at the city and the neighborhood as fields of social investigation and socio-educational intervention.

KeyWords: citizenship education, social housing, community intervention, Porto.

Introdução

O presente artigo reproduz os principais resultados de um trabalho de investigação-ação participativa desenvolvido no ano letivo de 2014/2015 com um grupo de crianças da Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância de S. Tomé, estabelecimento escolar localizado junto ao Bairro portuense com o mesmo nome¹. O Bairro de S. Tomé, onde reside a maioria das participantes no projeto e/ou alguns dos seus familiares diretos, é um espaço habitacional construído pelo Estado na década de 1970 cuja propriedade dos perto de 500 fogos está hoje repartida pelas famílias residentes e pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Gerido pelo Fundo de Fomento da Habitação (FFH), primeiro, e pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), depois, o Bairro de S. Tomé passou por um processo de venda das habitações aos respetivos ocupantes, que culminou na situação atual, caracterizada por essa repartição mais ou menos equilibrada dos fogos entre propriedade privada e propriedade estatal, esta última gerida pelo IHRU, organismo da administração central que arrenda, em regime de arrendamento “social”, o conjunto dos fogos que ainda possui neste empreendimento habitacional da freguesia de Paranhos, cidade do Porto.

Realizado no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação (Ramo em Educação Social e Intervenção Comunitária), o projeto “No meu Bairro, na nossa Cidade, a Ocupar a Liberdade – Práticas Criativas para uma Cidadania na Infância” envolveu um grupo de crianças do 2.º ano da Escola acima mencionada na co-construção e codesenvolvimento de um conjunto de ações e atividades orientadas para a concretização dos princípios de uma educação para a liberdade, para a criatividade e para o exercício da participação cidadã. O propósito fundamental passou por criar condições e oportunidades de expressão e conquista de protagonismo, voz e visibilidade social por parte das crianças envolvidas, ensaiando com elas o desenho e modo de operacionalização de uma metodologia de intervenção socioeducativa a promover e replicar, em contexto comunitário, numa lógica de educação para a cidadania na infância.

Na preparação, conceção e programação deste projeto, foi dada particular relevância à apropriação e mobilização do conhecimento produzido localmente por uma investigação sociológica sobre a génese e transformação do contexto socioterritorial que acolheria o trabalho. Com efeito, o projeto “No meu Bairro, na nossa Cidade, a Ocupar a Liberdade – Práticas Criativas para uma Cidadania na Infância” pôde

¹ O projeto *No meu Bairro, na nossa Cidade a ocupar a Liberdade – Práticas criativas para uma Cidadania na Infância*, desenvolvido por Ana Garcia, deu origem a uma dissertação de mestrado com o mesmo título, realizada na Universidade de Aveiro e orientada pela Professora Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves (Cfr. Garcia, 2015).

beneficiar, nas etapas iniciais da sua elaboração, de diversos elementos empíricos e analíticos resultantes de uma pesquisa de terreno realizada por uma equipa de sociólogos, alguns anos antes, no Bairro de S. Tomé².

A pesquisa em causa adotou uma estratégia metodológica multifacetada, que juntou pesquisa documental e arquivística sobre a génese do Bairro e a trajetória dos seus moradores à realização de um inquérito por questionário a uma amostra significativa dos grupos domésticos residentes (cerca de 25% do total). A confrontação dos elementos documentais e arquivísticos com os resultados do inquérito por questionário permitiu obter indicações relevantes sobre a evolução do perfil sociográfico e sociológico das famílias residentes, desde os primórdios do Bairro aos primeiros anos da segunda década do século XXI. A caracterização do quotidiano local, no que nele decorria da dinâmica das relações sociais internas ao Bairro, mas também daquilo que resultava da interação do Bairro com a cidade envolvente, foi aprofundada com o auxílio de momentos de observação direta sistemática, apoiada na elaboração de notas de campo e de um registo fotográfico. O estudo da relação dos moradores com a história do Bairro, as instâncias estatais e os domínios da participação cívica e associativa – um dos propósitos centrais do projeto de investigação – foi ainda detalhado através da realização de um conjunto de entrevistas a moradores representantes de diferentes perfis sociográficos e condições sociológicas, cujos relatos, recolhidos numa lógica próxima da da história oral, se pretendia que pudessem ajudar a complementar, confrontar ou refutar a memória e a história “oficiais” da cidade e do Bairro.

Os elementos recolhidos através desta pesquisa sociológica foram objeto de uma leitura de síntese, que ofereceu ao projeto “No meu Bairro, na nossa Cidade, a Ocupar a Liberdade – Práticas Criativas para uma Cidadania na Infância” não apenas informação geral sobre o Bairro de S. Tomé e os seus moradores, mas também indicações específicas sobre a dinâmica das relações sociais locais, em dimensões tão relevantes para o projeto quanto as da relação entre vizinhos e com o espaço público, da relação da população com o Estado e a política ou da organização comunitária e participação cívica e associativa.

² Projeto PTDC/SDE/69996/2006 *Ilhas, bairros sociais e classes laboriosas: um retrato comparado da génese e estruturação das intervenções habitacionais do Estado na cidade do Porto e das suas consequências sociais (1956-2006)*, sediado no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e coordenado cientificamente por Virgílio Borges Pereira. Este projeto de investigação deu origem a uma coleção de livros, publicada pelas Edições Afrontamento, sobre “Estado, Habitação e Questão Social na cidade do Porto”, coleção de que estão já disponíveis os dois primeiros volumes (Pereira & Queirós, 2012; Pereira, 2016).

1. O Bairro de S. Tomé: espaço residencial, mas também *locus* de participação cívica e política

O que um percurso breve a pé pelo Bairro de S. Tomé sugere a quem o protagonize – sobretudo se o fizer fora dos períodos de maior “congestionamento”, quando os numerosos automóveis dos estudantes e outros utilizadores do Instituto Superior de Engenharia do Porto, localizado ali bem perto, abandonam finalmente os arruamentos do Bairro – é que este é um contexto predominantemente residencial, pautado por fenómenos de esvaziamento do espaço público e de erosão da vida comunitária. Elementos adicionais colhidos no terreno através de observação direta e da interação com diversos moradores corroboram este ponto de vista, ao denotarem o predomínio do fechamento no reduto doméstico, com diminuição da interação vicinal, o declínio da participação associativa local e o crescimento das situações de tensão interidentitária e de conflitualidade interpessoal (entre moradores do Bairro, mas também com agentes sociais a ele exteriores). Se a este quadro se adicionarem os elementos que resultam da observação do estado físico do Bairro, com a relativa degradação dos dez edifícios de quatro a seis pisos que o constituem, a presença de um grande número de fogos vagos e o desarranjo ou obsolescência de alguns equipamentos e áreas comuns, então a imagem será mesmo a de um espaço em perda, “cinzento” e socialmente desvitalizado.

FIGURAS 1 e 2

Aspetos do edificado e espaço público do Bairro de S. Tomé (esquerda) e do edifício da escola básica local (direita).



Fotografias: João Queirós e Projeto PTDC/SDE/69996/2006 (2010).

Ora, se é facto que a investigação sociológica realizada neste Bairro contribuiu para detalhar e corroborar diversos aspetos da descrição acima apresentada, não é menos verdade que a pesquisa permitiu objetivar diversas outras propriedades da trajetória social do Bairro e dos seus moradores que apoiam a construção de um olhar mais complexo acerca da realidade local. Em especial, foi possível perceber que fenómenos como a desvitalização do espaço público e a erosão das interações vicinais e da vida comunitária e associativa, estando seguramente associados a processos de transformação urbana e social mais vastos, não podem ser desconectados de fatores “locais” muito relevantes como o envelhecimento demográfico, a saída de diversas famílias e a relativa pauperização das famílias remanescentes – pauperização grandemente associada ao peso muito significativo do desemprego –, a remoção paulatina da presença do Estado no Bairro – que contribuiu para a situação de degradação dos edifícios e espaços comuns hoje observável e para o reforço das desinteligências entre moradores, a propósito das crescentes dificuldades de gestão dos condomínios – ou a “colonização” dos espaços comuns pela circulação automóvel e o estacionamento abusivo ou por atividades da “economia informal”, protagonizadas por pequenos grupos de jovens cuja presença ostensiva no Bairro tende a dificultar presenças alternativas, como a das crianças.

Por outro lado, a *historicização* da realidade em estudo, isto é, a colocação em perspetiva histórica – e a problematização à luz dessa perspetiva – do quadro de relações sociais observável no momento da pesquisa, possibilitou a descoberta de elementos relevantes quer para o aprofundamento da compreensão do modo como a génese e trajetória específicas do Bairro influíram na produção daquele quadro de relações, quer para a elaboração de uma reflexão sobre os fatores que, naquele contexto, desfavoreceram a participação cívica (podendo, portanto, eventualmente, se retrabalhados, contribuir para reinstituir força à vida associativa e comunitária local).

Com efeito, este foi, na sua génese, um espaço de grande dinamismo político e associativo. Ocupado em setembro de 1975 por dezenas de famílias mal alojadas da cidade do Porto, o Bairro de S. Tomé, então ainda inacabado, foi um dos mais “quentes” palcos portuenses de um verão marcado por significativas mobilizações populares em torno do “direito à cidade e à habitação”. Em poucos meses, e apesar da elevada diversidade cultural e sociológica dos perfis dos moradores originais, ali se (auto)organizaram os habitantes recém-chegados e ali se desenvolveu um processo – conduzido pela comissão de moradores entretanto constituída – de reivindicação da permanência nas casas ocupadas, processo que haveria de conduzir à legalização, pela administração central, proprietária do Bairro, das ocupações.

Nos primeiros anos após o 25 de abril de 1974, e para além das movimentações especificamente orientadas para a resolução das necessidades habitacionais dos moradores, o Bairro de S. Tomé foi também sede de diversas iniciativas e tomadas de posição coletivas, que engrossaram os movimentos sociais e políticos então muito ativos na cidade do Porto (Cfr. Queirós, 2013; Pereira, 2013; Queirós, 2015). Este dinamismo local da vida associativa e política pós-revolucionária – que haveria de assistir a um refluxo assinalável a partir do final dos anos 1970, refluxo aliás não dissemelhante ao verificado na sociedade portuguesa no seu conjunto – marcou indelevelmente a memória dos moradores, que ainda hoje recordam a participação nesses processos como facto muito relevante nas respetivas trajetórias.

A descoberta destes elementos sobre as origens e os primórdios da vida coletiva no Bairro, associada à reflexão elaborada a propósito da sua situação presente, foi uma inspiração para a conceção do projeto “No meu Bairro, na nossa Cidade, a Ocupar a Liberdade – Práticas Criativas para uma Cidadania na Infância”. Num contexto com as características – passadas e presentes – evidenciadas pela investigação sociológica ali realizada, seria certamente oportuno o desenvolvimento de um trabalho socioeducativo sistemático com as crianças da Escola local que pudesse orientar-se quer para a problematização coletiva do seu quadro de vida, quer para o fomento das suas disposições para a participação e o exercício da cidadania.

2. No meu Bairro, na nossa Cidade, a ocupar a Liberdade: práticas criativas para uma cidadania na infância

Para além da descrição e análise das atividades desenvolvidas com as crianças e pelas crianças, os pontos que se seguem revelam a descoberta gradual do universo de cada criança e do seu contexto social envolvente. A relação com o grupo de crianças participantes foi sustentada pela partilha constante de experiências e guiada pelo propósito de criação e produção coletiva de conhecimento sobre o seu contexto de vida e quadro de relações sociais. Em todos os momentos, foram fortalecidos laços de amizade, de afeto e de confiança, que possibilitaram a geração de dados preciosos sobre a realidade do Bairro e da Cidade. Cada criança, cada uma à sua maneira e na sua particularidade, contribuiu generosamente com as suas observações, as suas opiniões, as suas produções próprias para a construção e o desenvolvimento do projeto, que não faria sentido se não fossem as próprias crianças a darem-lhe vida, cor e autenticidade.

Em todos os momentos, foram criadas condições para que as crianças participantes se sentissem livres e confortáveis para se expressar e para participar com opiniões e informações que lhes parecessem convenientes. Em nenhum momento as crianças

foram forçadas ou induzidas a falar sobre questões que não lhes fossem confortáveis. Foram sempre protegidas e respeitadas as opiniões, as decisões e as posições de cada criança durante todo o processo, preservando sempre a sua individualidade, cultura e sensibilidades.

As narrativas acerca das atividades concretizadas no decorrer do processo são aqui apresentadas de forma a fornecer sobretudo as perspetivas das crianças envolvidas. A prioridade, na condução das sessões, foi, de resto, no sentido de gerar uma maior empatia e aproximação com o grupo de trabalho e as atividades propostas, permitindo assim maior liberdade e autonomia na expressão individual e coletiva. Mais do que chegar ao fim de cada sessão planeada para a realização prática do projeto com os respetivos objetivos atingidos, o percurso de partilha mútua de vivências e afetos, de momentos de aprendizagem, de ludicidade e de contemplação, permitiu amplitude de ação e uma margem de imprevisibilidade que enriqueceram o caminho percorrido durante os nove meses de trabalho de campo.

3. Observações e reflexões das crianças: grupos de discussão e conversas informais

A escuta e as conversas das e com as crianças são, quase sempre, processos estimulantes, surpreendentes, ricos e criativos. Sendo o grupo participante heterogéneo e muito expansivo, a pluralidade de informações e conhecimentos gerados foi grande, mesmo quando algumas crianças revelaram menos familiaridade com determinados assuntos propostos. Nas primeiras sessões, as crianças revelaram grande disposição para falar, uma grande vontade de se expressarem e de serem escutadas, por isso, em alguns momentos, “atropelavam-se” discursos e elevavam-se as vozes, de tão acordadas e vivas.

Numa das sessões de conversa com o grupo, em que foram abordados os conceitos de “cidade” e “bairro”, foram propostas ilustrações coloridas para que cada criança pudesse tecer alguns comentários acerca das mesmas. Foram reveladas imagens distintas, uma representava uma paisagem urbana e outra uma paisagem rural. A finalidade foi promover a reflexão de cada elemento do grupo sobre as diferenças entre a cidade e o campo, sobre como é ser criança numa cidade e como é que cada um/a imaginaria o significado de ser criança num meio rural.

A conclusão das crianças foi que na cidade a criança é menos livre, pois *"a rua é perigosa, não se pode andar sozinho, porque tem gente que faz mal aos pequenos..."* (Joana, 7 anos). Foi unânime a opinião segundo a qual a cidade e o bairro são espaços sujos, *"com lixo no chão"*, têm *"muitos carros e não há lugares para se brincar à vontade"* (Patrício, 7 anos). Outro ponto de vista foi o de Igor (7 anos), que, interessado no desenvolvimento do tema,

comentou que a educação dada às crianças da cidade é diferente da educação da “aldeia”. Ele disse que *“no campo as crianças podem brincar na natureza, enquanto na cidade os adultos reclamam quando as crianças querem brincar na rua...”*. O Igor admitiu que na cidade as crianças têm menos autonomia e têm menos educação do que as crianças que vivem em meios rurais. Para além disto, também afirmou que *“na cidade está tudo em confusão! Nas aldeias as coisas são mais organizadas...”*. Para além das diferenças físicas e estruturais da cidade e do campo, as crianças também falaram bastante do inexistente contacto com a natureza e os animais nos meios urbanos: *“Aqui no Bairro não tem a quinta, não tem os animais... Não tem árvores de fruto...”* (João, 7 anos).

A poluição, a desorganização do espaço e o excesso de automóveis também foram elementos referidos pelas crianças como pontos negativos da cidade: *“O campo é mais limpo que a cidade. Onde eu vivo não é muito limpo... Na cidade veem-se homens a fumar... e motas a deitar fumo... e os carros também! No campo tinha mais espaço para brincar, porque na cidade bato contra as coisas”* (Kevin, 7 anos).

Por sua vez, na discussão de grupo realizada a partir dos tópicos/temas ‘O que é um Bairro? / Como é o Bairro de São Tomé e a sua Comunidade?’, o grupo produziu algumas representações sobre a realidade social que os circunda. Para além das opiniões transversais sobre o conceito de bairro como um lugar com muitos prédios juntos, muitas casas e muita gente, no caso particular do Bairro de São Tomé, o grupo deixou entrever uma imagem que mais tarde veio a ressurgir em contexto de *photovoice* e em outras conversas informais. Apesar de ser um *“Bairro fixe, mas um bocado sujo...”* (Pedro, 7 anos), no desenrolar da discussão, alguns elementos do grupo acabaram por revelar que as relações sociais da comunidade do Bairro não são pacíficas e que, em alguns casos, há um enfraquecimento e até uma rutura dos laços sociais. Mais de metade do grupo afirmou ter assistido já a situações de violência nos espaços comuns do Bairro.

O Ruben (7 anos), que reside no bloco de habitações mais próximo da Escola, contribuiu para a conversa contando a sua história: *“Na beira da minha casa, havia uma senhora que furava as bolas... berrava com as crianças e furava as bolas que batessem no carro dela... e, depois, quando encontrava os miúdos, implicava...”*.

Portanto, para além dos eventuais conflitos surgidos num espaço onde coabitam pessoas tão diferentes umas das outras e com problemas associados a condições de vida vulneráveis, os choques geracionais também parecem fazer parte da realidade do Bairro e, sobretudo, do dia-a-dia das crianças que nele habitam. Segundo as crianças, algumas pessoas mais velhas do Bairro não entendem que as crianças querem e precisam de brincar e necessitam de espaços para fazê-lo. Não há parques nem lugares específicos para as crianças brincarem em segurança. No centro do Bairro, para além

de um grande número de automóveis estacionados, existe um ringue, que, de acordo com o grupo, está a precisar de obras de manutenção, tal como, aliás, os prédios que circunscrevem o Bairro. A Beatriz (7 anos), após a partilha de opiniões quanto à circunstância de os adultos não permitirem que as crianças brinquem livremente pelo Bairro, terminou a sessão com uma conclusão-chave, que serviu de mote para explorar os temas seguintes relacionados com a participação e a cidadania infantil: *“Não gosto quando as pessoas não me ouvem... (...) Não gosto de pessoas más, que tratam mal as crianças... Não gosto quando as pessoas não têm respeito por nós”*.

Em momentos de conversa e reflexão, captou-se a necessidade de as crianças poderem falar, de viverem num sítio organizado, limpo, seguro e com mais crianças para poderem brincar. Conclui-se que o Bairro de São Tomé não é esse sítio ideal para as crianças, já que, de acordo com o grupo participante, o Bairro precisa de obras, de ser limpo e de ter espaços mais bonitos, com árvores e flores, com balouços e escorregas e outros equipamentos para as crianças locais. A preocupação das crianças com a degradação e poluição do espaço urbano esteve presente em quase todas as conversas coletivas: *“Na cidade, o espaço é mais poluído: as pessoas não ‘botam’ o lixo onde deve de ser, ‘botam’ para o chão... O óleo e o fumo dos carros... O fumo do cigarro...”* (Pedro, 7 anos). A questão da organização do espaço público e do excessivo número de automóveis também se revelou sensível para o grupo: *“As cidades são perigosas, porque se uma bola for para a rua ou para os passeios, podemos ser atropelados...”* (Maria, 7 anos). A conclusão parece ser a que a cidade não foi e não é planeada considerando as necessidades e expectativas das crianças; por outro lado, decorre das suas afirmações a ideia de que o Bairro precisa de uma ação de reabilitação significativa, capaz de assegurar a recuperação dos prédios habitacionais, a limpeza dos espaços comuns, a ampliação dos espaços verdes disponíveis e a criação de equipamentos destinados aos lazeres e brincadeiras das crianças.

No seguimento das conversas e das propostas das crianças, confirmou-se a sua capacidade de apropriação da linguagem e de participação em atos de comunicação capazes de sugerir novas ideias, propor a constituição de uma realidade urbana diferente e apresentar alternativas desafiadoras à sociedade. As crianças revelaram uma leitura própria do seu mundo e uma competência particular em explorá-lo, analisá-lo e expressá-lo, construindo conhecimento e gerando observações produtivas. A infância é parte da sociedade, as crianças compõem a sociedade, elas são capazes de a observar, de a sentir, de a pensar e de construir sonhos sobre ela (Corsaro, 2011). Neste sentido, uma ação que constitua espaços de expressão e comunicação destas construções das crianças será decisiva, para que a sua participação seja incentivada e elas possam experimentar desde cedo a vivência cidadã (Soares & Tomás, 2004). Nas conversas com o grupo participante e no exercício da oralidade, verificou-se a

habilidade das crianças em idealizar e estruturar um mundo diferente. As crianças revelaram dever ser encaradas como atores sociais competentes, com opinião própria e competência para dialogar, participar, agir e, possivelmente, transformar. Proporcionando espaços de liberdade, confiança, diálogo e criatividade, as crianças mostraram-se entusiasmadas, encorajadas e desinibidas para libertar a sua imaginação, pensar sobre si próprias, interagir com as pessoas adultas e criar o seu próprio discurso, bem como os termos da sua própria aprendizagem e ação.

4. Expressão, ludicidade e participação infantil: jogos criativos e educativos

O jogo, intitulado “EU SOU CRIANÇA E TENHO DIREITO DE PARTICIPAR!”, foi proposto e recebido pelas crianças com grande entusiasmo. Primeiramente, para que o grupo adquirisse mais conhecimento sobre os seus direitos e pudesse fazer perguntas sobre o assunto, foi apresentada uma imagem com a ilustração de alguns dos principais Direitos das Crianças.

Foram utilizados um dado e um conjunto de imagens coloridas e representativas de situações específicas de crianças a fruir de um direito e outras imagens de situações em que direitos estavam a ser violados. Assim, cada elemento do grupo participante lançou o dado para obter um número que correspondia a uma imagem; depois de revelada a imagem, cada criança interpretou e produziu observações relativas àquilo que a imagem representava para ela. Desta forma, todos os elementos do grupo se depararam com situações distintas e contextos desiguais onde crianças estavam inseridas. As crianças puderam assim observar e pensar sobre essas situações e, automaticamente, perante os casos que ilustravam a violação de direitos, sugerir soluções.

A maioria dos membros grupo tinha conhecimento de alguns dos direitos basilares – o Direito à Educação, à Alimentação, à Habitação e à Família –, mas uma parte do grupo recebeu com apreensão e surpresa a informação acerca, nomeadamente, dos Direitos à Proteção, ao Amor, à Compreensão e à Participação Ativa das Crianças na Comunidade. Alguns elementos do grupo, inclusive, mostraram-se surpreendidos por terem determinados direitos, sendo tão novos, como, por exemplo, o direito a dizer a sua opinião ou a não serem repreendidos ou humilhados pelos adultos. Mais de metade do grupo admitiu que a maioria das vezes os adultos não se importam com a opinião deles e não os ouvem, designadamente na altura de tomar decisões que os implicam. É o que denotam as afirmações seguintes.

Patrício (7 anos): *“Ter direito a dar a minha opinião? Lá em casa estão sempre a mandar-me calar e a dizer que a minha opinião não conta”.*

Pedro (7 anos): *"Parece até que nem importamos... (...) Mas nós também temos coisas importantes para dizer"*.

Beatriz (7 anos): *"As crianças deviam dizer mais a sua opinião e os grandes deviam ouvir as crianças... Eu não gosto quando não me ouvem e muitas vezes não me ouvem"*.

Porém, e com o grupo a explorar e a descobrir por si mais acerca dos seus direitos e sobre a Convenção que legitimou a cidadania infantil e os direitos de participação das crianças, até então desconhecidos pelas crianças do grupo de investigação, começou a perceber-se uma maior conscientização e visão crítica sobre o tema.

O *bullying*, a violência, a pobreza infantil e a oportunidade de as crianças serem ouvidas foram os pontos mais destacados pelo grupo de trabalho. Algumas das crianças afirmaram que alguns dos seus direitos não são praticados sempre, nomeadamente: o direito a estar num lugar seguro onde não haja violência (*bullying*); o direito a serem ouvidos pelos adultos; e o direito à alimentação. No geral, o grupo mostrou-se sensível à pobreza infantil e revelou já ter observado crianças pobres mais do que uma vez: *"com a roupa suja, descalças e a pedir comida..."* (Nádia, 7 anos).

Relativamente à imagem ilustrativa do *bullying*, o grupo reagiu muito e quase todos os elementos confessaram ter sentido e passado, pelo menos uma vez, por situações de violência por parte de outras crianças da Escola e do Bairro. A Marta (7 anos) disse faltar *"mais amizade e amor entre todos. Se houvesse mais amizade, os meninos não tinham que bater e fazer mal uns aos outros"*.

As noções de justiça, de igualdade e de solidariedade estiveram presentes em alguns comentários: *"Os direitos das crianças deviam ser para todas as crianças, deviam ser iguais para todas... Eu tenho família, mas sei que há meninos que não têm e então devíamos procurar uma família para eles"* (Afonso, 7 anos).

A brincadeira é um assunto que reúne consenso entre o grupo: *"Eu gostava de ter mais direito a brincar! Brincar é que é fixe!"* (Jorge, 7 anos). Brincar é uma prática que permite às crianças terem liberdade para experimentar e explorar novas possibilidades, idealizar, fantasiar, construir e recriar o seu mundo. Essa necessidade de brincadeira acompanha a necessidade de as crianças quererem comunicar/expressar, participar no mundo que as rodeia, criar, produzir ideias e agir (Gaitán & Liebel, 2011).

A finalidade deste jogo educativo foi, para além de dar a conhecer os direitos de participação das crianças, incentivar o grupo a observar, a questionar, a partilhar perspetivas, a identificar os problemas e a propor as alterações para melhorar cada cenário. Simultaneamente, foi transmitido às crianças que elas podem e devem

manifestar as suas opiniões e ideias livremente e que esse é um direito que têm convencionado e que devem ver respeitado.

Numa das sessões de trabalho com as crianças, estas foram também desafiadas a desenhar, de um lado de uma folha branca, o meio onde vivem e, do lado oposto, o retrato idealizado desse mesmo meio. O objetivo foi, no final da conceção dos desenhos, cada criança apresentar ao grupo as suas paisagens, a sua visão do local onde habita, e mostrar como gostaria que o mesmo fosse. Seguidamente, são apresentados alguns dos resultados desta atividade.

FIGURAS 3 e 4

Desenhos do Pedro (7 anos): o mundo ideal (esquerda) e o mundo real (direita).



Fotografias: Ana Garcia (2015).

O Pedro retratou o mundo real mais escuro, com partes das árvores pintadas de negro, com flores pretas, poluição, lixo no chão e animais tristes, abandonados e doentes. Como se depreende destes e de outros desenhos, os elementos da natureza constituem aspetos fulcrais no mundo idealizado pelas crianças.

FIGURAS 5 e 6

O mundo perfeito para a Matilde (7 anos) é feito de amor e elementos de natureza (fotografia da esquerda); para o João (7 anos), no mundo real, faltam árvores, flores, espaços para as crianças brincarem; o seu desenho retrata os prédios sujos e degradados do Bairro (fotografia da direita).



Fotografias: Ana Garcia (2015).

FIGURAS 7 e 8

O retrato de um prédio alto e manchado no meio de um vazio – desenho do Tiago, de 7 anos (fotografia da esquerda); a alternativa proposta pelo Tiago foi um campo verde com uma árvore (fotografia da direita).



Fotografias: Ana Garcia (2015).

FIGURA 9

O grupo de trabalho a (re)criar o seu “mundo real” e o seu “mundo ideal”.³



Fotografia: Ana Garcia (2015).

As sessões de trabalho coletivo que antecederam a preparação da “Manifestação Pública das Crianças” – outra iniciativa desenvolvida no âmbito deste trabalho – também implicaram tarefas criativas, tais como a produção de cartazes e a criação de mensagens por parte das crianças. Estas sessões constituíram momentos muito significativos no processo investigativo. O grupo estava empolgado e munido de ideias, com vontade de ser ouvido e visto pelas pessoas do Bairro.

³ A reprodução de fotografias com as crianças participantes foi negociada e autorizada pelos respetivos encarregados de educação e através do consentimento informado do grupo envolvido na investigação.

FIGURA 10
A criação dos cartazes para a “Manifestação das Crianças”.



Fotografia: Ana Garcia (2015).

5. Olhares críticos e criativos: um exercício de *photovoice*

Através da mobilização da técnica do *photovoice* (Wang & Burris, 1997), as crianças puderam projetar as suas visões da realidade que as rodeia, observar, identificar e pensar sobre aspetos da Escola e do Bairro com mais significado para elas, de forma a, posteriormente, poderem dialogar e refletir conjuntamente sobre eles (Cfr. Guerra, 2017). Para além de dar autonomia às crianças para explorarem e fotografarem livremente, o exercício em causa ajudou a promover a autoconfiança, a autovalorização, a participação, a comunicação e a reflexão crítica do grupo sobre o meio envolvente. As crianças fotografaram, sobretudo, lugares onde gostam de brincar e lugares onde se refugiam para conversar e “descansar”, mas também lugares de que não gostam no Bairro e que gostariam de ver mudados. Registaram locais que acharam ser bonitos e outras zonas que acharam menos agradáveis. Sobressaiu, no final, a ideia de que há espaços que deveriam ser melhorados.

O Rúben (8 anos) queixou-se que no prédio onde mora caiu um pedaço do edifício e que ficou muito assustado. Consciente de que aquele pedaço de betão poderia ter caído em cima de alguém e causado ferimentos graves, o Ruben disse que os prédios do Bairro deveriam ser todos arranjados e limpos: *“Um dia um pedaço de pedra do meu prédio caiu e quase acertou numa vizinha! Ela podia ter morrido! Ficamos muito assustados...”*. A Joana (7 anos) mencionou que *“(...) as pessoas deitam muito o lixo para o chão, inclusive lixo grande que deixam no meio do Bairro, como sofás e colchões velhos”,* que depois são usados por pessoas sem-abrigo. A solução apresentada pelo grupo face ao lixo espalhado em volta dos contentores e nas restantes áreas é a reciclagem, a sensibilização da comunidade para a não poluição dos espaços públicos e a *“redistribuição por outras pessoas que precisam”*, como disse a Joana, de materiais que

possam ser reutilizados. Outras observações foram surgindo à medida que o grupo refletia sobre as imagens, tal como revelam as afirmações seguidamente transcritas. Ricardo (8 anos): “Encontramos tanto lixo no chão! As pessoas não sabem pôr o lixo nos caixotes e deviam aprender...”. Marta (8 anos): “Devíamos reunir todas as pessoas, para todas juntas apanharmos os lixos do chão e limparmos o Bairro”. Nádia (7 anos): “As paredes estão sujas e cheias de palavras feias escritas... Os túneis cheiram muito mal. Às vezes quase dá vontade de vomitar... Devia ser tudo limpo e pintado de novo”.

FIGURAS 11 e 12

Uma observadora atenta da realidade do Bairro, durante o exercício de *photovoice*.



Fotografias: Ana Garcia (2015).

FIGURAS 13 e 14

Um dos meninos não gosta dos edifícios sujos e degradados – ele gostaria que o edificado do Bairro fosse todo recuperado (fotografia da esquerda); outra das crianças, observadora competente da realidade, captou aspetos do Bairro que a desagradam e que ela gostaria de ver melhorados (fotografia da direita).



Fotografias: Ana Garcia (2015).

As conclusões desta atividade foram elaboradas em grupo, na sessão de diálogo sobre as fotografias captadas durante o passeio pelo recreio da Escola e pelo Bairro de S. Tomé. Em conversa livre, e agora observando o detalhe de cada fotografia, o grupo confirmou que o Bairro tem muitos pontos que precisam de ser melhorados e que, alguns, são urgentes, nomeadamente o arranjo dos passeios, dos buracos no pavimento e de algumas tampas de saneamentos partidas. As crianças mostraram grande preocupação com a segurança da população, sobretudo das crianças e dos idosos. O grupo debateu soluções e percebeu que é necessária uma chamada de atenção ao *“presidente”* e às pessoas para *“cuidarem melhor das coisas”*. A Joana e a Marta (7 anos) defendem a *“união e a amizade”* entre a comunidade para que tudo se resolva e tudo fique bem. Uma certa quebra dos laços sociais entre a população é observada pelo grupo como uma desvantagem para a resolução dos problemas. *“Se as pessoas se ajudassem era mais fácil”*, disse a Joana, que reprovou muito a poluição dos espaços e o desgaste dos pavimentos públicos.

Um retrato criativo de um Bairro diferente foi feito com base na partilha coletiva de ideias. O grupo idealizou um parque grande no lugar do ringue, onde todas as crianças pudessem brincar, em contacto com elementos naturais. Seriam plantadas árvores em cada esquina e colocadas flores nos prédios. Todas as casas seriam reabilitadas e pintadas e os sem-abrigo alojados e ajudados na alimentação. As ruas teriam menos carros para as crianças estarem mais livres e seguras para circular e brincar e *“não terem medo de ser atropeladas”* (Maria, 7 anos). O Ruben (8 anos) acrescentou: *“Hey! É muita confusão de carros! Não temos espaço para brincar à vontade e depois há sempre vizinhos chatos que ‘mandam vir’ com os miúdos para eles não brincarem com as bolas, porque não querem que as bolas batam nos carros...”*.

6. “Crianças Repórteres”

Com orientação e apoio, o grupo de crianças realizou um conjunto de entrevistas aos colegas do grupo com recurso a um gravador de som, microfone e câmara de filmar, de modo a conhecer melhor a visão do grupo sobre o que é ser criança no mundo, o que é ser criança num bairro, o que mudariam na sua realidade e quais os seus sonhos (Cgr. Guerra, 2017). Cada criança teve oportunidade de explorar e manipular o equipamento audiovisual, de entrevistar, de ser entrevistada e de ser protagonista neste desafio, que tanto os entusiasmou. Foi construído um guião de questões, que as *“crianças repórteres”* seguiram, e que incluía perguntas sobre *“O que é ser criança?”*; o respeito das crianças pelos adultos; os aspetos a mudar na Escola; os aspetos a mudar no Bairro; e ainda sobre os principais sonhos das crianças participantes.

Na perspectiva dos elementos do grupo envolvido na atividade, “ser criança” é ser “divertido”, “é querer ser livre”, “é querer ser feliz”, “é poder andar na rua livremente”, “é muita brincadeira”, mas também, segundo a Matilde (8 anos), “no Bairro é pior ser criança do que em outro sítio... (...)”. Quando se lhe pediu para justificar a afirmação, a Matilde disse que no Bairro havia “lutas”. Tal como já se havia verificado, os aspetos a melhorar no Bairro são transversais ao grupo: o lixo e a violência. O Rúben (8 anos) completou a lista de desejos: “Montava um parque e punha um ringue melhor... e limpava o lixo... e arranjava os jardins...”. Na Escola, ele “Construía um campo de futebol melhor, com relva, ao invés de ser de pedra... e pedia para fazer um parque com baloiços e escorregas”.

FIGURAS 15 a 18
Alguns momentos da atividade “Crianças Repórteres”.



Fotografias: Ana Garcia (2015).

7. Assembleia Júnior

Sempre dispostas a comunicar, as crianças participaram também muito ativamente na “Assembleia” proposta. Temas como a “Liberdade”, a “Participação”, a “Educação” e o “Ser Criança” foram abordados e clarificados numa roda coletiva e horizontal onde todos e todas puderam participar com os seus comentários. Esta atividade foi e é importante para compreender os pensamentos, os sentimentos e as visões das crianças relativamente a alguns conceitos-chave abordados ao longo do processo de trabalho. Por outro lado, é um método relevante na medida em que permite a aprendizagem de algumas regras de convivência democrática, bem como a construção coletiva de decisões.

O grupo foi distribuído por uma mesa redonda e foi usada uma maraca (que se assemelha a um microfone) para sinalizar a tomada de palavra e garantir assim que os restantes membros do grupo fizessem silêncio e procedessem à escuta atenta e ativa. Ocorreram algumas interrupções naturais, devido ao enorme entusiasmo das crianças, que mostraram querer falar sobre diversos assuntos em simultâneo. Em alguns momentos, foi explicado que teríamos que nos centrar nos temas/tópicos definidos, para assim a reunião ter mais resultados. No final desta atividade, pode dizer-se que se fizeram autênticas aprendizagens pela conversa. Algumas crianças revelaram uma grande capacidade comunicativa e habilidade para desenvolver assuntos do seu interesse.

A maioria dos membros do grupo concordou que as crianças também deveriam ter direito a votar e a decidir quem seria o “presidente”. A Maria e o Jorge afirmaram quase em uníssono: “Os adultos e as crianças deviam decidir quem é o presidente”. A Joana também se mostrou muito interessada nessa possibilidade e, inclusive, tirou logo as suas conclusões: “Eu gostava de poder votar para também decidir. Eu gostava de participar mais... (...) Se as crianças pudessem votar, o mundo era melhor...”.

FIGURA 19
Um aspeto da “Assembleia Júnior”.



Fotografia: Inês Santos Moura (2015).

8. Oficina de Teatro Fórum e Teatro Imagem

O teatro, como uma prática coletiva e criativa, ajuda a alimentar a cooperação e a regeneração do espírito da comunidade, fortalecendo a sua identidade e união (Boal, 2009). Assim, e numa perspetiva de identificar através da linguagem simbólica algumas das problemáticas do quotidiano das crianças do grupo, concretizou-se uma sessão de Teatro Fórum e Teatro Imagem, de modo a, mais uma vez, colocar o grupo na posição de protagonista, participante e investigador.

A técnica foi uma novidade para as crianças, por isso elas mostraram uma grande curiosidade e interesse na execução dos exercícios. Num primeiro momento, metade do grupo de crianças decidiu encenar e representar uma situação de *bullying* com recurso a alguns adereços disponibilizados que puderam escolher – máscaras, fantoches, chapéus, perucas e outros acessórios dramáticos. A outra metade do grupo foi espectadora participante, portanto, observou a representação e, no final, comentou o que viu e apresentou alternativas para solucionar o problema apresentado.

No final do primeiro momento do Teatro Fórum, os grupos alteraram a posição e puderam assumir os papéis inversos e perceber a posição de ambos os lados. À medida que as crianças simulavam o papel de agressoras ou agredidas, teciam comentários e observações acerca da situação representada. O grupo mostrou-se muito expansivo e participativo na sessão e verificou-se uma mudança da sua postura durante a realização do Fórum. Contrariamente ao que se verificou nas primeiras sessões de trabalho, as crianças revelaram uma maior harmonia nos momentos de discussão coletiva. Conseguiram evitar os atropelos e as interrupções nas intervenções dos colegas, as conversas paralelas e foram capazes de escutar e falar com uma maior clareza.

O exercício de Teatro Fórum foi seguido por um momento de Teatro Imagem, isto é, cada criança foi desafiada a construir uma “imagem” a partir da linguagem corporal não-verbal. Como se fossem estátuas, as crianças, em silêncio, reproduziram “imagens” de situações de intimidação física e psicológica, que dizem terem sofrido ou assistido na Escola ou fora dela por parte de outras crianças. Mais uma vez, este exercício incentivou a expressão, a reflexão e o diálogo sobre este tema sensível ao grupo.

FIGURA 20
Momento de diálogo na sessão de Teatro Fórum e Teatro Imagem.



Fotografia: Inês Santos Moura (2015).

9. Manifestação Pública

Após as diversas atividades concretizadas com o grupo participante no âmbito da temática dos Direitos das Crianças – nomeadamente dos seus Direitos de Participação na sociedade, da Cidadania Infantil, da Educação para a Liberdade e para a Criatividade, da sensibilização e conscientização da realidade –, a realização de uma Manifestação coorganizada e encabeçada pelas crianças foi um dos momentos mais estimulantes e gratificantes do projeto e de todo o trabalho realizado.

Para todas as crianças do grupo de trabalho, a experiência de organizar e participar numa manifestação foi nova e única. Algumas relataram ter visto já manifestações na televisão, mas estarem envolvidas numa entoando a sua própria voz e reivindicações foi algo que as deixou orgulhosas: *“A minha avó vai ver-me a passar com o cartaz e vai ficar orgulhosa!”* (Beatriz, 7 anos); *“Isto é fixe, assim podemos dizer o que pensamos e os outros ouvem o que temos a dizer...”* (Maria, 7 anos).

Assim, no dia 23 de abril de 2015, o grupo de crianças participante no Projeto “No meu Bairro, na nossa Cidade, a ocupar a Liberdade”, a que se juntaram cerca de cinquenta alunos e alunas da Escola Básica do 1º Ciclo/JI de São Tomé, que quiseram também participar na ação, saíram à rua e percorreram o Bairro de São Tomé numa manifestação pacífica. A “Manifestação das Crianças” teve como objetivo celebrar o dia 25 de abril – Dia da Liberdade – e conscientizar a comunidade para a importância da Cidadania na Infância, dos Direitos de Participação das Crianças nas decisões que as envolvem e na apresentação de propostas de melhoria do meio onde vivem – a sua Escola, o seu Bairro, a sua Cidade.

Num circuito pré-definido, as crianças ocuparam o espaço público, elevaram e partilharam cravos, ergueram cartazes onde se leram frases que elas próprias escreveram:

‘SOMOS CRIANÇAS E TEMOS VOZ, VIVA A AMIZADE E A LIBERDADE’;

‘NÃO QUEREMOS MAIS VIOLÊNCIA, QUEREMOS MAIS AMIZADE’;

‘QUEREMOS UMA CIDADE QUE OUÇA AS CRIANÇAS’;

‘NÃO QUEREMOS MAIS POLUIÇÃO, QUEREMOS UMA CIDADE MAIS LIMPA’;

‘QUERO QUE AJUDEM MAIS OS POBRES’;

‘TODAS AS CRIANÇAS DEVERIAM TER UMA CASA E COMIDA’;

‘TENHO DIREITO A ESCOLHER O QUE QUERO E A PARTICIPAR’;

‘QUERO SER OUVIDA, QUERO SER RESPEITADA’;

‘SOU CRIANÇA TENHO OPINIÃO E DIREITO DE SER LIVRE E FELIZ’;

‘QUERO BRINCAR LIVREMENTE E SEM PERIGOS’;

‘SE EU FOSSE PRESIDENTE FARIA MAIS PARQUES PARA AS CRIANÇAS’.

Com grande contentamento e chamando à atenção das pessoas que passavam, as crianças exclamaram também ao megafone “*As Crianças do São Tomé têm sonhos grandes!*” e “*Deixem-nos Crescer*”. O serviço público de televisão – a RTP – esteve presente a reportar o acontecimento e ajudou a ampliar a voz das crianças participantes na manifestação. A reportagem fotográfica da manifestação foi também dirigida e executada por crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 8 anos; esse registo está no Portal dos Sonhos, no menu “A Voz das Crianças”⁴.

Procurando estabelecer ativamente interação com a população do Bairro, as crianças caminharam por este espaço habitacional e disseram às pessoas com que se cruzavam pelo caminho ou que surgiram nas janelas dos prédios que tinham sonhos e que queriam que o Bairro e a cidade do Porto fossem sítios melhores para viver. Após ter visto o seu Bairro e as suas crianças na televisão, uma moradora do Bairro comentou numa ocasião: “*Foi bom ter visto o nosso Bairro nas notícias por uma boa razão!*”

⁴ Ver <http://portaldossonhos.jimdo.com/a-voz-das-criancas/>.

FIGURA 21

Aspeto da “Manifestação de Crianças” realizada no Bairro de S. Tomé.



Fotografia: Ana Garcia (2015).

10. O Jornal “A Voz das Crianças”

A conceção de um jornal surgiu inicialmente com o objetivo de compilar todos os conteúdos e produções das sessões de trabalho com as crianças, para que o grupo ficasse com um documento que funcionasse como histórico das suas atividades. Posteriormente, e porque um jornal também seria uma outra ferramenta comunicativa, de expressão e participação das crianças, apostou-se numa estrutura mais completa, que fosse além da reunião dos conteúdos resultantes das atividades concretizadas. Neste sentido, em parceria com o grupo, fez-se um esboço com as rubricas que fariam parte da composição do jornal:

Crianças Repórteres – espaço composto pelas reportagens/entrevistas realizadas entre o grupo de crianças;

Pequena Grande Opinião: “Menina do Bairro” – área que inclui um breve texto de autoria de uma das meninas do grupo participante;

A Minha Escola e o Meu Bairro – rubrica com diversos comentários e opiniões das crianças investigadoras sobre a Escola e o Bairro onde vivem;

Se eu fosse Presidente... – espaço dedicado às propostas de mudança que cada criança apresentaria se tivesse possibilidade de ser “Presidente”;

A minha Arte – área com desenhos, pinturas, fotografias e pequenos textos de autoria das crianças.

O jornal “A Voz das Crianças” está disponível para visualização na plataforma *online* Portal dos Sonhos⁵.

11. O “Portal dos Sonhos”

De modo a dar uma maior visibilidade e acessibilidade ao projeto, foi criada uma plataforma *online* com informações acerca do objeto e dos itinerários da investigação, dos seus objetivos e das atividades desenvolvidas ao longo do percurso de trabalho com o grupo participante. Uma vez que a Internet e as novas tecnologias fazem cada vez mais parte do quotidiano das populações em geral, nomeadamente na busca de mais informação e de conteúdos para diversos tipos de interesse, a opção de criar um espaço *online* prendeu-se com a necessidade de aproximar o projeto aos pais e à restante comunidade, de modo a incluí-los no processo enquanto observadores ativos e a mantê-los a par das sessões de trabalho e das atividades concretizadas através de textos descritivos, fotografias e vídeos. Após o contacto com alguns familiares das crianças, verificou-se que, na sua maioria, o acesso à Internet e às redes sociais *online* é uma realidade, ainda que alguns se encontrem numa situação de certa fragilidade económica e social. Contudo, a necessidade de estarem em contacto com a realidade e em interação social através deste meio de comunicação revelou-se um facto, associado à vontade de estarem integrados numa rede nova de oportunidades, de informação, de comunicação, de educação e interação social.

O “Portal dos Sonhos” apresenta também um espaço interativo que permite que as crianças, os amigos/colegas, a família, os vizinhos e professoras/funcionários da Escola participem num fórum onde podem apresentar opiniões e sugestões relativas ao projeto. Assim, por esta via, a comunidade pode colaborar e participar, partilhando as suas mensagens, criando e estimulando, simultaneamente, um espaço de debate e troca de ideias, propostas e experiências. A prazo, este espaço de participação no Portal acabou por ser substituído pelo *Facebook* (<https://www.facebook.com/avozdainfancia/>), que, por sua vez, se mostrou ser a plataforma eleita pelas mães e pais para estarem em contacto com as novidades do projeto e para deixarem comentários relacionados com as atividades que foram sendo propostas às crianças.

⁵ O endereço de acesso ao Portal dos Sonhos é <http://portaldossonhos.jimdo.com/>, e foi criado a partir de uma plataforma gratuita na Internet, destinada à divulgação de vários tipos de conteúdos informativos.

Considerações finais sobre o percurso de investigação e intervenção com as crianças

Durante todo o percurso de atividades investigativas concretizadas em parceria com as crianças participantes, foram fomentadas competências, criados espaços e momentos de reflexão e criação, explorados campos de diálogo, participação e intervenção. A descoberta das várias infâncias e da sua realidade social, o descortinar dos direitos das crianças e das suas habilidades enquanto sujeitos sociais ativos e plenos de direitos, decorreu num processo de permanente reflexão, ação e negociação com o grupo. As crianças envolvidas revelaram-se, de um modo geral, altamente competentes na sua ação e implementação das atividades propostas, apresentando-se interessadas na sua educação, participação ativa e efetiva na sociedade e no planeamento do seu futuro. As crianças, nas suas intervenções, ações e criações, provaram que têm uma enorme capacidade criativa de inventar e reinventar cenários, de propor, de negociar, de colaborar e de expressar as suas observações do mundo e da sua vida tendo como base os seus sonhos para um mundo melhor (Cfr. Guerra, 2012). As atividades concretizadas, apoiadas num quadro interdisciplinar, e suscitadas, muito em especial, pela leitura do território de atuação que pôde ser produzida com o auxílio do conhecimento sociológico acerca dele previamente elaborado e disponibilizado, possibilitaram que as crianças envolvidas pudessem ter espaço para as suas próprias produções, pudessem ser livres de comunicar os seus anseios, os seus desejos e apresentar visões alternativas e regeneradoras da sua realidade e do mundo.

Referências bibliográficas

- Boal, A. (2009). *A Estética do Oprimido*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Corsaro, W. (2011). *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: Artmed.
- Gaitán, L; Liebel, M. (2011). *Ciudadanía y derechos de participación de los niños*. Madrid: Ed. Síntesis.
- Garcia, A. (2015). *No meu Bairro, na nossa Cidade a ocupar a Liberdade – Práticas criativas para uma Cidadania na Infância*. Aveiro: Universidade de Aveiro (Dissertação de Mestrado).
- Guerra, P. (2017). 'I come from Porto and bring a Porto in me': essays on a cartography of affections in/of city. In Costa, P.; Guerra, P.; Neves, P. S. (eds.) - *Urban intervention, street art and public space*. Lisboa: UrbanCreativity, p. 37-63.
- Guerra, P. (2012). A cidade inclusiva. In Figueiredo, A. M.; Penabad, J. M. P.; Álvarez, E. J. V. (coords.). *Retos de la Acción de Gobierno para las Ciudades del siglo XXI/Desafios da governação das cidades do século XXI*. Porto/Vigo: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, p. 351-383.
- Pereira, V. B. (org.) (2016). *A Habitação Social na Transformação da Cidade. Sobre a génese e efeitos do «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pereira, V. B. (2013). Sobre a importância de se chamar Ernesto, Avelino ou Amadeu. In Monteiro, B.; Pereira, V. B. (org.). *A Política em Estado Vivo: uma visão crítica das práticas políticas*. Lisboa: Edições 70/Le Monde diplomatique - edição portuguesa.
- Pereira, V. B.; Queirós, J. (2012). *Na Modesta Cidadezinha. Génese e estruturação de um bairro de casas económicas do Porto (Amial, 1938-2010)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Queirós, J. (2013). "Vamos lá acima!". Crise do Estado e ação coletiva no centro histórico do Porto (1974-1975). In Monteiro, B.; Pereira, V. B. (org.). *A Política em Estado Vivo: uma visão crítica das práticas políticas*. Lisboa: Edições 70/Le Monde diplomatique - edição portuguesa.
- Queirós, J. (2015). *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*. Porto: Edições Afrontamento.

Soares, N.; Tomás, C. (2004). Da emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância. In Sarmiento, M.; Cerisara, A.. *Crianças e Miúdos: Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação*. Porto: Edições ASA.

Wang, C.; Burris, M. A. (1997). Photovoice: concept, methodology, and use for participatory needs assessment. *Health, Education and Behaviour*, pp. 369-387.

IS Working Papers

3.^a Série/3rd Series

Editora/Editor: Paula Guerra

Comissão Científica/ Scientific Committee: João Queirós, Maria Manuela Mendes, Sofia Cruz

Uma publicação seriada *online* do

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Unidade de I&D 727 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

IS Working Papers are an online sequential publication of the

Institute of Sociology of the University of Porto

R&D Unit 727 of the Foundation for Science and Technology

Disponível em/Available on: http://isociologia.pt/publicacoes_workingpapers.aspx

ISSN: 1647-9424

IS Working Paper N.º 69

Título/Title

“Habitar a Cidade: a construção de experiências educativas, colaborativas e transformadoras num bairro portuense”

Autores/Authors

Ana Garcia

João Queirós

Os autores, titulares dos direitos desta obra, publicam-a nos termos da licença Creative Commons

“Atribuição – Uso Não Comercial – Partilha” nos Mesmos Termos 2.5 Portugal

(cf. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/pt/>).